

* Instituto de Linguística e Centro de Estudos Interdisciplinares
Uruguaios, Universidad de la República, Montevideo-Uruguai

** Instituto de Psicologia, Universidad de la República,
Montevideo-Uruguai

A Língua Materna dos Surdos

**Reflexões sobre
o sentido da
aquisição da
linguagem
pelos surdos.**

Línguas naturais, segundas línguas e os processos de aquisição no caso da surdez

Ao longo das três últimas décadas, desenvolveu-se a suposição de que a língua *natural* do surdo é a língua de sinais da comunidade surda à qual está integrado (ver Behares 1993). As línguas orais majoritárias (faladas pela maioria ouvinte do lugar: espanhol, português, inglês etc.) são, para os surdos, sistemas verbais que só podem ser adquiridos por estes como *segundas línguas*.

A distinção entre uma língua *natural* e uma *segunda* língua, neste caso, está calcada na experiência psicolinguística de outras situações, a saber, aquelas em que uma pessoa que fala uma língua (a qual se chama *materna*, ou *primeira* língua, ou simplesmente *L1*)

adquire uma *segunda* língua (*estrangeira*, de *instrução*, de *imersão* em outra comunidade falante etc.).

Esta visão, sustentada em um marco teórico internacionalista-funcionalista, próprio dos principais estudos realizados nas últimas décadas sobre a surdez, é útil para a descrição e explicação de alguns aspectos psico e sociolinguísticos. Não obstante, conceitos como os colocados na oposição primeira e segunda língua introduzem, ao serem aplicados a indivíduos surdos, algumas dificuldades intransponíveis, que talvez não apareçam com tanta clareza nas pesquisas sobre aquisição da linguagem por indivíduos ouvintes.

Sem dúvida, o conceito de *primeira* língua faz referência a fatores temporais: é aquela língua que ingressa em primeiro lugar no "repertório" linguístico da criança. Quando se afirma que a língua de sinais é a língua *natural* do surdo, faz-se referência ao fato de que na presença dela o acesso do surdo

é imediato, seja porque sua estrutura visual-manual lhe facilita (enquanto que a língua oral só é acessível com apoio de um treinamento planejado), seja porque o fato de ser a língua de sua comunidade de referência, torna possível a interação espontânea (o que não é possível em uma língua oral).

No caso da surdez, os conceitos de primeira língua e língua natural parecem sobrepor-se sem maiores dificuldades, sempre e quando se admite o ponto de vista próprio da teoria do aprendizado ou da psicologia cognitiva, ou seja, que existe um indivíduo surdo pré-determinado organicamente para a aquisição de uma língua e para quem toda relação com a língua se restringe ao aprendizado ou domínio paulatino de suas estruturas e funções.

O termo *língua materna* tem sido usado também como outro sinônimo dos anteriores; não obstante,

Uma Reflexão sobre o "mal-entendido"

quando o usamos, estamos nos referindo também a outras dimensões desta relação, que podem ser grosseiramente definidas como relações de índole subjetiva, não exclusivamente intelectuais. Quando negamos que uma língua seja exclusivamente um instrumento intelectual internamente estruturado e admitimos que toda relação com a língua se dá fundamentalmente a partir do inconsciente, estamos abandonando os domínios próprios da psicolinguística para entrarmos nos da lingüística afetada pela psicanálise.

Nesta perspectiva, na qual a lingüística se vê afetada pela psicanálise, ou, pelo menos, por sua paradigmática hipótese do inconsciente, pretende-se dar conta de certos elementos vinculados com a inscrição do indivíduo na língua, e é aí que o conceito de língua materna parece encontrar seu lugar teórico.

Neste trabalho, tentaremos inserir a questão da aquisição da linguagem pelo surdo nesta linha de interpretação, que faz do conceito de língua materna ao mesmo tempo, uma opção teórica imprescindível e um novo princípio para contemplar os processos da relação subjetividade-língua.

Todas as interações que fazem referência à interação surdo-ouvinte mostram que nelas o mal-entendido¹ ocupa um lugar preponderante (cf. *Peluso e Larrinaga*, no prelo, e também *Rampelotto*, 1993). Este "mal-entendido" aparentemente constitutivo se faz ainda mais freqüente no diálogo criança surda-adulto ouvinte, como é de se supor.

Hierarquizar o tema do mal-entendido parece então um excelente meio para delinear algumas questões relativas à língua materna, na medida em que esta está sempre vinculada à interpretação pelo outro.

Segundo a ingenuidade do dicionário, o mal-entendido pode ser definido como "má interpretação, interpretação errada de uma idéia ou coisa". Para a lingüística, o mal-entendido só pode ser concebido em relação ao diálogo. Para analisar o diálogo, segundo a perspectiva que é proposta neste trabalho, é necessário fazer uma mudança paradigmática pela qual se deixe de considerar os dialogantes como dois indivíduos, donos do seu dizer, cada um dialogando com um outro

e "obrigado" a negociar com ele os conteúdos da conversação. Esta visão, tradicional na pragmática prática de origem anglo-saxônica (*Grice*, 1975; *Watzlawick et al.*, 1986; *Stubbs*, 1983 e outros), se caracteriza por tratar dos sujeitos psicológicos e por não pretender dar conta dos processos inconscientes implicados.

Como esclarece Behares; seguindo a tradição lingüística afetada pela psicanálise de tendência lacaniana (1995), "o sujeito da língua é um 'sujeito barrado pelo desejo' (*Milner*, 1987:64), sua subjetividade é simplesmente um efeito das relações na língua. O sujeito, seja a criança ou seja a mãe, não fala (no sentido de 'manipula' a língua), mas é falado (isto é: 'castrado' ou 'cativado' pelo funcionamento da língua)".

Deste modo, o diálogo poderia ser pensado como uma trama de múltiplos planos que se entrecruzam, como o efeito das diversas posições do lugar de funcionamento da língua. De acordo com Lemos (1992:28), "a interação com o outro se torna, em nossa proposta, uma condição necessária. Penso no outro enquanto discurso ou instância

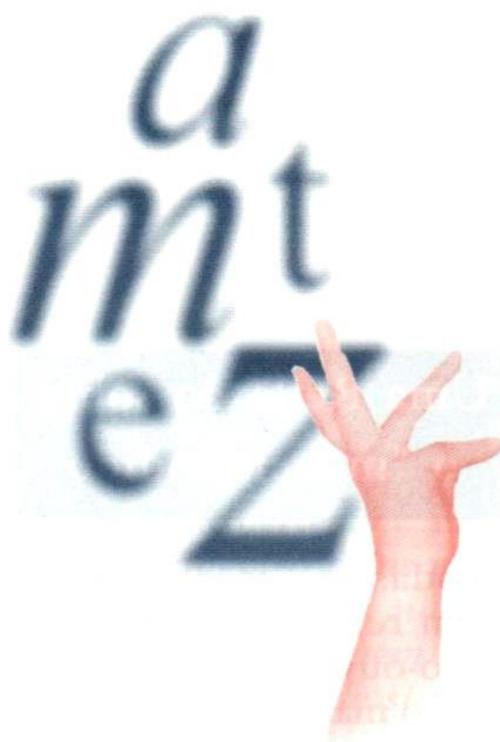
¹ Tivemos muitas dúvidas ao incluir este termo. Queremos que seja entendido como situação na qual a interpretação é dificultada ou impossível. Obviamente, o "mal-entendido" se refere à opacidade da linguagem, que pode ser maior ou menor em alguns casos. Não obstante, o termo parece supor uma intenção "verdadeira" de quem fala que não poderia ser decodificada pelo receptor, o que está muito longe do modelo teórico em que nos localizamos.

Edmondson (1980) utiliza o termo "mismatches", igualmente conflitioso. Em um trabalho anterior, *Behares* (1993) utilizou também a terminologia "pseudodiálogos". Recordamos aqui a expressão popular "diálogo de surdos", não inteiramente distanciada do que queremos.

de funcionamento da língua constituída. De forma coerente com o que já foi exposto, esta interpretação consiste em submeter os significantes da criança a processos metafóricos e metonímicos, cujo efeito reverte a uma resignificação através de relações com outros significantes.”

Os dialogantes não são dois sujeitos psicológicos, mas dois lugares de funcionamento da língua. Como lugares de funcionamento da língua são sujeitados a um sistema de relações que os separa, que fala por eles, isto é, aqueles em que, segundo a perspectiva lacaniana em psicanálise, se opera a castração simbólica: “é necessário para esta operação que a criança chegue a colocar-se como ‘sujeito’ e não mais somente como ‘objeto’ do desejo do outro. A aparição desse ‘sujeito’ se realiza em uma operação inaugural de linguagem na qual a criança se esforça para designar simbolicamente sua renúncia ao objeto perdido. Uma designação deste tipo só se pode basear na **repressão do significante fálico**, também chamado **significante do desejo da mãe**” (Dor, 1986: 105, grifo do autor).

Diferentemente da pragmática anglo-saxônica na qual os dialogantes falam uns com os outros, segundo esta posição os dialogantes são falados por outro(s), e nesse próprio ser falado é que surge a ilusão do sujeito e a ilusão de que se diz aquilo que se quer dizer. A própria ilusão de ser dono do dizer, de escutar-se e ser escutado, surge no pla-



no imaginário (segundo a clássica terminologia lacaniana) como efeito de sentido, efeito que se mostraria como um elemento importante na possibilidade de manter-se em diálogo.

Assim mesmo, segundo o traçado de Lemos, o diálogo seria visto como um marco interpretativo do qual os dialogantes não podem escapar, na medida em que, ao falar pelo outro, se o reinterpreta segundo um dos lugares de funcionamento da língua e vice-versa, sendo ditas reinterpretações os próprios enunciados dos dialogantes. Como esclarece Lemos (1992:134) para o caso das crianças pequenas, onde este processo aparenta ser mais marcante do que no caso de adultos, “às relações entre os significantes da criança e os do adulto dentro de um dado espaço discursivo, sucedem uma reorganização/resignificação no interior do próprio enunciado da criança”. A significação do que se diz e, fundamentalmente, o próprio ser dos sujeitos surge como efeito da língua, enquanto

ausência, ficando a significação liberada para os processos metafóricos e metonímicos que se desencadeiam no entrecruzamento dialógico. Ao falar se abre, na escuta de ambos os dialogantes, um infinito leque de sentido no qual a própria ilusão de subjetividade se vê comprometida, leque que é fechado pela interpretação do falante e da escuta, na abertura e fechamento das polissemias num jogo especular sem fim possível.

Segundo este marco, o diálogo é conceituado como não transparente, já que a transparência implicaria em realizar um recorte, aparentemente não muito profundamente explicativo, no qual se deixasse de lado tudo o que proviesse dos níveis inconscientes dos dialogantes. Desta forma, o que se diz seria sempre opaco, na medida em que se produz um estreitamento de significação que leva ambos os interagentes a fechar as polissemias na progressão do diálogo, contendo a significação e gerando a ilusão de que se estabelece um significado em comum:

Como diz Lacan (1953-1954:326), "a relação intersubjetiva que se desenvolve no imaginário está implicada implicitamente, ao mesmo tempo e enquanto estrutura uma ação humana em uma regra de jogo".

Neste sentido, poder-se-ia pensar que um grau de *mal-entendido* é inerente a toda situação de diálogo, já que nunca se escuta o que o outro diz (salvo no plano do imaginário), mas se o reinterpreta no momento de falar por ele. Como se expôs anteriormente, nem mesmo aquele que fala pode escutar-se, a não ser no plano do imaginário e como uma ilusão, dado que é desta cadeia de significantes que emerge no diálogo, na qual emergem os sujeitos enquanto falta. Isto é, o diálogo converge a um ponto em que os sujeitos deixam seu rastro na enunciação, provocando-se a ilusão, no plano do imaginário, de existência como sujeitos, do lugar que ocupam em relação ao outro dialógico e de que existe um único sentido possível do dito.

Quando os falantes não sabem a mesma língua e, segundo o imaginário, se obstrui todo livre fluir do interjogo discursivo de abrir e fechar polissemias ao longo do diálogo, geram-se quebras. Quebras no sentido de que

sobre o *mal-entendido* inerente à opacidade da linguagem se entrecruza outro *mal-entendido* que se ancora na impossibilidade de manter a ilusão de que se está falando e escutando o mesmo, de que cada um é dono do que diz e de que compreende o outro ao mesmo tempo em que é compreendido. Desta forma se

"O filho surdo de ouvintes começa a ser nomeado muito antes de nascer, sem que seus pais saibam que será surdo."

produzem dois diálogos sem pontos de ligação possíveis, mas pontos de fuga, nos quais a interpretação do outro dialógico que escuta não se toca com os marcos interpretativos do que fala, gerando uma deriva interpretativa na qual não é possível levar o outro em conta. Isto é, cada participante do diálogo fica alheio aos processos metonímicos e metafóricos nos quais cada um submete os significantes do outro, reorganizando-se os enunciados sobre si mesmos. Este tipo de diálogo não consegue devolver aos participantes, no plano do imaginário, a ilusão de que estão falando sobre a mesma coisa, nem mesmo lhes habilita a ser na enunciação do outro. Estes diálogos serão chamados *mal-entendido₂*, (para diferenciar do *mal-entendido₁*, próprio da opaci-

dade da língua e da qual se fez referência mais acima) e são característicos na interação entre um surdo e um ouvinte em língua oral.

De acordo com Milner (1987:95) "ser é ser nomeável". O filho surdo de ouvintes começa a ser nomeado muito antes de nascer, sem que seus pais saibam que será surdo. Se aceitamos a clássica e não por isso menos problemática distinção que realiza Ben veniste (1966) entre enunciador e locutor, a criança surda antes de nascer já se constitui em enunciador dentro do funcionamento da língua oral, ainda sem ser locutor. Começa a ser falada por uma língua oral e logo será sujeitada a ela, língua que nunca lhe poderia devolver a imagem de que é dono de seu dizer, na medida em que não a pode falar nem sequer escutar plenamente. Esta situação continuará por muito tempo depois de ter nascido, sendo um enunciador (através de sua inscrição na enunciação dos pais) sem conseguir constituir-se em um locutor. Assim, o surdo filho de pais ouvintes fica em posição de escravo frente a uma língua que faz

dele um estrangeiro em relação ao sistema que o atravessa e o estrutura. Diferentemente de quem é estrangeiro em relação a uma língua na qual não se instaura como sujeito (mas que possui sua própria língua materna), o surdo filho de ouvintes é estrangeiro em relação à sua própria língua materna. Isto ocorre porque o surdo não pode deixar de constituir-se em escravo em relação a uma língua que o exclui duplamente: o separa e o exclui de toda possibilidade de sentir-se um sujeito dono de seu dizer.

Segundo esta perspectiva, considera-se a língua materna como aquela que atravessa o bebê nos primeiros tempos de vida e o inscreve no simbólico:

“Estas considerações introduzem várias interrogações no interior dos estudos de aquisição da língua...”

“O simbólico é aquilo que, na linguagem, é constitutivo do sujeito como efeito” (Henry, 1992:165). De acordo com Melman (1992:32), “a língua materna é aquela na qual, para aquele que fala, a mãe foi interdita”. E logo acrescenta: “É importante fixar que é o objeto interdito o que torna uma língua materna para nós, fazendo dela o nosso *heim*¹. É verdade que a língua deve sua significância a este mesmo interdito. A

partir daí, graças a seu jogo poético, mas também aos lapsos, deslizos e tropeços que o falante nela introduz, se dá a escutar aos locutores um desejo que lhes é comum (já que é a mesma mãe), e que é sempre desejo de uma coisa diferente do que a língua pode oferecer, uma vez que esta outra coisa está interdita apesar de ter causado desejo.” (ibid.)

A criança surda, desde o nascimento em lares ouvintes, é atravessada, como já se expôs, por uma língua que se de um lado a atravessa e fala por ela, de outro lado não

consegue, de forma espontânea, permitir-lhe um retorno ao seu lugar de funcionamento. Isto é, já desde criança, a língua não pode ser falada. Instaura-se, desde o começo, o *mal-entendido*₂ cuja presença se poderia relacionar com a aparição do chamado simbolismo esotérico (Tervoort, 1961; Behares, 1995) como forma alternativa e precária de funcionamento da língua oral. Como expõe Behares (1995), “não é pos-

sível caracterizar o simbolismo esotérico em si mesmo dentro da teoria da comunicação e da instrumentalidade significativa, mas é necessário pensá-lo em enquanto efeito do funcionamento da língua”. Este simbolismo esotérico emergiria, naqueles contextos em que o funcionamento da língua oral apresenta impasses, como forma de apaziguar certos efeitos graves que o *mal-entendido*₂, em seu aspecto mais radical (i.e., a ausência de elementos significantes que mediem os contatos mãe-filho, situação impossível, uma vez que a mãe está atravessada pela língua e, portanto, não pode deixar de falar por seu filho), poderia ocasionar na estruturação do psiquismo destas crianças surdas.²

Os mecanismos de *mal-entendido*₂ aparentam ser mais acentuados nas primeiras etapas de aquisição da linguagem, por parte da criança surda, na medida em que dependeriam do grau em que o surdo sabe a língua oral. Este saber não se esgota no domínio da leitura labial e no conhecimento de um vocabulário e de regras de combinação, mas na possibilidade de constituir-se em um lugar de funcionamento da língua oral em toda a sua potência estruturante.

Poder-se-ia pensar que diálogos em que se prevaleça o *mal-entendido* (como no caso da mãe ouvinte e do filho surdo) não permitiriam dar lugar a processos de aquisição da linguagem, já que nestes

¹ Termo alemão que designa a idéia de lar, casa ou pátria; o lugar onde alguém se estabelece. (N. do T.)

² Voltaremos a esta questão mais adiante.

casos o surdo não pareceria ficar habilitado a passar facilmente de uma posição de interpretado a uma posição de intérprete de si mesmo e do outro.

Estas considerações introduzem várias interrogações no interior dos estudos de aquisição da língua, que levaram recentemente à reflexão acerca das "vicissitudes" que a criança surda atravessa nestas primeiras interações.

Uma reflexão a partir do chamado "simbolismo esotérico"

Uma comprovação que se faz rapidamente, até pelo sentido comum das pessoas surdas e dos professores de surdos, é que quase todas as crianças surdas filhas de ouvintes têm, já aos três anos, um modo próprio de comunicar-se, diferente da língua oral majoritária, da língua de sinais da comunidade surda do lugar e, inclusive, dos instrumentos artificiais de manualização da língua oral majoritária (línguas sinalizadas, alfabeto manual etc.). De fato, essas crianças "conversam" com suas mães, e, às vezes, também com outras

pessoas da família, em um sistema próprio, relativamente convencional, de "gestos".

Essa instituição, de certa forma já coletivizada no âmbito daqueles que trabalham com crianças surdas, foi objetivada teoricamente por Tervoort (1961) com o nome de *simbolismo esotérico*, numa época em que ainda não se havia começado a investigar sistematicamente a relação da surdez com a linguagem na direção própria da lingüística.

O simbolismo esotérico consiste nos recursos simbólicos convencionais (ou mais ou menos convencionalizados), compartilhados somente por uma mãe e uma criança, não compreensíveis pelos usuários de nenhuma das línguas utilizadas no contexto social. Outra forma de dizer o mesmo, ainda que Tervoort não utilize estes termos, é a seguinte: *sistema lingüístico restrito*. De fato, Tervoort o descreve como um registro em que há semelhanças com outras formas de criptofasia compartilhada (e.g., gêmeos), há substituição do uso de uma língua e tem uma estrutura semelhante a uma língua sem sê-lo *stricto sensu*, e há uma redução ou simplificação nos recursos geralmente utilizados em uma língua (ainda que se considere a idade das crianças).

O simbolismo esotérico, assim conceituado, parece ter para Tervoort e outros autores que o incluíram em suas

análises três causas possíveis: as condições "*naturais*" que toda criança (ainda que surda) tem para construir uma língua; *as necessidades comunicativas* da mãe e da criança, atribuídas ao psicológico, e a *ausência de um modelo de língua a ser imitado*, já que a mãe sabe a língua dos "surdos", e a criança não tem acesso natural à língua falada.

Dessas três causas, a mais destacada por Tervoort é a última. Com isto, diferencia claramente a natureza do processo dos filhos surdos de pais ouvintes, já que os filhos de surdos têm no lar uma língua a imitar.

Uma longa série de estudos das décadas de 70 e 80 estudaram a interação mãe ouvinte-criança surda no contexto do interacionismo empirista¹. Na base desses estudos há uma definição, mais ou menos tácita, de interação como "jogo" cognitivo interpessoal. O núcleo da interpretação nesses casos está por conta das teorias psicológicas, às vezes mais "pragmáticas" (brunerianas, vigotskianas) e, às vezes, mais dirigidas ao pólo cognitivo (piagentianas ou formalistas mais rígidas).

O simbolismo esotérico não é visto nestes autores em sua especificidade, mas como uma *dificuldade* ou *desvio* do processo de aquisição da linguagem. Como desvio na aquisição da linguagem, o simbolismo esotérico é

¹ Do conjunto podem ser citados como característicos e por sua densidade analítica os trabalhos de Bonbillian et.al. 1983; Caselli et.al. 1985, Erting 1982 a e b, Greenstein et.al. 1977 e Maestas e Moores 1980.

deixado de lado ao ser analisada a relação da criança surda com as línguas. Não é a língua oral (inglês ou outra) que poderia ser adquirida em interação com a mãe. A língua de sinais (LIBRAS ou outras) também não é compartilhada pela mãe e acessível à criança. Conclusão: a aquisição de uma língua, apesar de a criança estar em condições naturais para isso, está impossibilitada, não ocorre.

Não nos deteremos nas implicações psicológicas (afetivas ou cognitivas) da impossibilidade de adquirir uma língua que esses estudos sempre mostram e, por vezes, analisam detalhadamente. Interessa-nos, sim, mostrar que estes estudos escondem a questão do âmbito da aquisição da linguagem e os submergem no território menos definido da teoria da comunicação, entendida exclusivamente em termos psicológicos e sem referência ao lingüístico em si.

Os estudos interacionistas empíricos fazem derivar o simbolismo esotérico dos esforços da mãe e do filho por estabelecer um substrato comunicativo minimamente compartilhado.

Outros trabalhos se inclinam mais na direção do eixo inatista da questão, já esboçado por Tervoort: é o caso dos trabalhos de Goldin-Meadow e Feldman, 1975, Goldin-Meadow e Mylander 1990. Para estas autoras, as formas de comunicação que os

filhos surdos de pais ouvintes desenvolvem têm a forma de comportamentos "language like", descrevendo neles a presença de propriedades lingüísticas universais. Como não há modelo a imitar, esta insistência na manifestação de estruturas lingüísticas universais só se pode explicar lançando mão do inatismo, sobre a base de enfatizar a contribuição da criança à "structural regularity" como propriedade "resilient" da linguagem. O *Outro* na aquisição é aqui reduzido ao "input". Assim como no caso dos interacionistas o centro da questão se colocava no plano psicológico, não tendo a língua nenhum papel, neste caso o estudo da língua como estrutura pré-formada põe o outro fora de toda tentativa de explicação. Em ambos os casos, o simbólico e o intersubjetivo em relação ao funcionamento da língua ficam excluídos das argumentações.

As abordagens do simbolismo esotérico em relação ao comunicativo supõem uma *visão exclusivamente instrumental da linguagem* e se dirigem rapidamente ao psicológico individual. A teoria da pré- formação aplicada a este tema torna impossível ir além da aporia em que implica a própria afirmação. No nosso modo de ver, para tratar do simbolismo esotérico é imprescindível colocar-nos no nível da língua, enquanto funcionamento, e pensar em suas

características como efeitos desse funcionamento. Podemos dizê-lo de outra maneira: não é possível caracterizar o simbolismo esotérico por si só, dentro da teoria da comunicação e da instrumentalidade significativa, mas é necessário pensar nele como efeito do funcionamento da língua.

Para justificar esta opção, baseamo-nos nas abordagens da relação língua-sujeito, discurso de autores como Pecheux (1990), Henry (1992) e Milner (1987). Para estes autores não é válida uma visão da linguagem que o caracteriza como um sistema de "*significados estabilizados manipuláveis*" que se referem ao mundo do "real" externo à linguagem (Pecheux, 1990). Para eles, a ordem da língua, enquanto "*relançar indefinido das interpretações*" (Pecheux, *ibid.*) deve ocupar um lugar na teorização.

No dizer de Henry (1992), "*a lingüística mostra que no discurso ou na fala alguma coisa se repete materialmente*" e que "*o que se repete, já se sabe desde Saussure, são diferenças, ou seja, relações, o que Saussure chama **significante**.*" O funcionamento da língua é feito de relações entre significantes e não de objetos (signos?) combináveis ou manipuláveis. Essas relações estão dominadas pela *deriva*, determinadas pela *falta*, não pela posse.

Adquirir linguagem é, portanto, ser cativado por uma

“a lingüística mostra que no discurso ou na fala alguma coisa repete materialmente...”

língua particular “à qual tanto as crianças quanto o adulto estão submetidos” (De Lemos 1992). O Outro é uma instância do funcionamento da língua constituída. Tanto a mãe quanto a criança são “falados” pela língua; é nas derivas da língua que se tornam “*êtres du language*” e que podem interpretar e ser interpretados (Cf. Milner 1983).

A mãe ouvinte interpreta os gestos da criança surda nessa deriva de relações na qual ela mesma é falada. Por sua vez, a criança surda deverá tornar-se um sujeito ao ser falada pela alteridade da língua. A língua oral da mãe constitui o limite destas interpretações. Por isso poderíamos afirmar que o simbolismo esotérico é um efeito da língua oral, já que é nela que mãe e o filho são falados e interpretados.

A fala da criança é sempre um efeito discursivo, também no caso do simbolismo esotérico. Toda fala da criança é “indeterminada” sem a interpretação materna que a submete à lei da língua. Não poderia ocorrer nada diferente no caso do simbolismo esotérico. Sua particularidade fenomênica está no impedimento fisiológico para a recepção da forma falada oral) da língua pela criança e pela interpretação do “gestual” no

contexto das relações de uma língua determinada, que coincide com essa língua na qual não poderá construir a ilusão de domínio.

O simbolismo esotérico é o efeito da interpretação da mãe a partir de sua língua (oral), mas não é nem tem por resultado a língua oral. A língua da mãe e a língua da criança vão diferir sempre, seja porque a criança permanece no simbolismo esotérico, seja porque adquire outra língua posteriormente (a língua de sinais) em contato com outros surdos.

Algumas reflexões para futuros desenvolvimentos

Embora estas considerações sobre o papel estruturante que tem a língua oral nos surdos aparentem ser explicativas para o caso do surdo de pais ouvintes que não tenha nenhum contato com a Comunidade Surda e a língua de sinais, parecem mostrar maiores interrogações quando nos referimos a surdos filhos de ouvintes que entram em contato com a língua de sinais em tenras etapas de seu desenvolvimento.

Se se aplicam as idéias de Melman (1992) para entender

esta situação, seria possível sustentar que a língua oral seria a que ocuparia, nestes surdos de pais ouvintes, (tanto aqueles que estejam em contato cedo com a língua de sinais como aqueles que não estejam por terem uma educação exclusivamente oralista) um lugar privilegiado, ainda quando estas crianças não possam constituir-se em senhores da mesma, já que é a língua oral que produziria a inscrição da criança surda no simbólico. Trata-se de uma inscrição certamente muito particular e defectiva, e é nesta característica de “defectividade” onde está enraizado o “quid” do problema.

Segundo esta perspectiva, o fato de que os surdos dominam somente a língua de sinais e se sentem falantes nativos da mesma e não da língua oral, não passa do plano do imaginário, sendo igualmente a língua oral a que se mantém como língua materna, isto é, estreitamente vinculada à estruturação do sujeito. Não obstante, é válido perguntar que papel tem a língua de sinais nestes casos de bilingüismos, tendo em conta que é a única língua que os atravessa sem impedimentos e em contextos não necessariamente de ensino/aprendizagem.

A resposta a esta pergunta

coloca outros aspectos que fazem o plano teórico, enquanto se poderia questionar acerca das línguas em jogo neste contexto de bilingüismo tão particular em que a língua dos pais não pode ser “escutada” pelo filho. Ao nível mais geral poder-se-ia questionar se é realmente possível sustentar que a estruturação, nos casos de bilingüismo precoce, se produz exclusivamente em uma das línguas. Talvez esta perspectiva teórica habilite plenamente a perguntar se *será possível que, ao acessar a língua de sinais, em etapas do desenvolvimento, o filho surdo de pais ouvintes sofra uma resignificação de toda a sua experiência anterior, sujeitando-se a uma língua na qual pode instaurar-se plenamente como intérprete de si mesmo e do outro*. Qualquer resposta a esta pergunta levaria a demonstrar a experiência de distanciamento¹ que sente o surdo frente ao “ouvinte”.

Responder afirmativamente implicaria em sustentar que, nestes casos, o surdo se tornaria um estrangeiro em sua própria família, na medida em que é a Comunidade Surda que funcionaria como a família destas crianças. A Comunidade Surda seria quem proveria uma língua materna, habilitando estes surdos a instaurar-se

“Responder afirmativamente implicaria em sustentar que, nestes casos, o surdo se tornaria um estrangeiro em sua própria família...”

como senhores em relação a uma língua que sentiriam como própria, a língua de sinais.

Responder negativamente levaria a sustentar que o filho de ouvintes deverá permanecer irremissível e eternamente em posição de escravo frente à língua que o sujeita e na qual sempre se sentirá um “estrangeiro”².

Esta última posição deixaria a língua de sinais num papel secundário no desenvolvimento destes filhos surdos de pais ouvintes e obrigaria a reconceituar certos aspectos vinculados ao tratamento da Comunidade Surda e sua língua. A Comunidade Surda seria uma comunidade constituída e atravessada por uma língua que para a grande maioria de seus integrantes não se instauraria como a língua materna, escravizadora e angustiante, mas como outra língua, em que lhes é possível a ilusão de

“maestria” que os constitui imaginariamente como senhores.

Creemos que as reflexões contidas neste trabalho, e que são de todos os modos ainda um “work in progress” provisório, trazem novos elementos à valorização da língua de sinais. Como dissemos, é esta a língua que, uma vez adquirida, tornar-se-á a língua de domínio para o surdo, apesar dos conflitos que se tenham instaurado nas interações precoces com respeito à língua materna que o determinou como sujeito do inconsciente. Ademais, cremos que estabelecer estas questões ajuda enormemente a reconsiderar a educação dos surdos e, em particular, a insistir na superioridade do modelo bilingüe, na medida em que este não seja tomado por todo-poderoso e como solução auto-suficiente para qualquer das várias problemáticas da surdez.

¹ No original, *ajenidad*. (N. do T.)

² E também será considerado pelos outros como tal. Tocamos aqui em um ponto interessante a ser desenvolvido no futuro, vinculado ao papel do lingüista nos processos de “estranhamento”, relacionados com o *Unheimliche* (Ballester: “o sinistro”; tradução brasileira: “o estranho”) freudiano (Freud 1919).